



Editorial e O Destaque do Mês ... 1

Por dentro da APRH ... 3

Eventos e Iniciativas ... 4

Legislação ... 6

Investigação e Desenvolvimento ... 7

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

EDITORIAL

Nesta época natalícia tão propícia a balanços, importa destacar o que de mais significativo foi promovido pela APRH. Desde logo, salientar o sucesso do 8.º Congresso da Água, na Figueira da Foz, evidenciando as vantagens da descentralização e o interesse crescente sobre os temas da água. Também a renovação e modernização do BI, há muito exigida pelos sócios, merece destaque. Por último, mencionar a continuidade das sessões técnicas de fim de tarde, às quais já se afeiçoou um público assíduo e exigente, constituindo foros privilegiados de debate e divulgação.

Os temas seleccionados têm girado à volta das implicações que as alterações do quadro institucional e legal da água podem ter nos vários sectores da sociedade. A última sessão, com um formato mais alargado, foi dedicada à elaboração dos PGRH que serão determinantes para definir as medidas necessárias para que as massas de água atinjam o bom estado em 2015. Grandes vão ser as dificuldades, ficando claro que os procedimentos de planeamento e análise destes PGRH diferem dos utilizados nos anteriores PBH. A discussão sobre se o mercado de consultores se preparou convenientemente para enfrentar estes novos desafios ficou um pouco condicionada pelo prolongamento da sessão e acabou por não abordar os aspectos mais técnicos ligados à DQA.

Depois de um período de seca severa debatemo-nos agora com problemas de precipitação intensa que já provocaram, em algumas regiões, cheias com algum significado. Por outro lado, com o arranque da elaboração dos PGRH, a publicação da Directiva Filha das Águas Subterrâneas e dos diplomas regulamentares da Lei da Água, não faltarão, no próximo ano, temas para continuar a dinamizar, sessões técnicas e para as quais é importante a participação de todos para uma discussão mais construtiva dos problemas da água. A organização dos grandes eventos pela APRH, em estreita colaboração com associações congéneres, será outro motivo para que continue aí desse lado.

Felisbina Quadrado

Membro da Comissão Directiva

O DESTAQUE DO MÊS

Directiva-Quadro da Água - O que há de novo?

Passados quase seis anos da entrada em vigor da Directiva-Quadro da Água (DQA), pode-se considerar que se chega ao fim da fase preparatória do processo de implementação, onde as questões de carácter metodológico e de identificação de lacunas de informação assumiram maior relevância.

A partir do próximo ano, inicia-se um período crucial para a concretização do principal instrumento da política da água da União Europeia. Ao longo dos anos, a DQA tem sido apresentada nos vários fóruns internacionais como um instrumento capaz de contribuir para a concretização de conceitos, como a gestão integrada dos recursos hídricos, ou mesmo, a abordagem a nível do ecossistema. Assim, o sucesso da sua implementação pode vir a reforçar o papel da União Europeia no contexto mundial, em matéria de política da água, e contribuir para os objectivos da Década Internacional "Água para a Vida" (2005-2015), adoptada pela Resolução 58/217 das Nações Unidas.

Convém recordar que a Estratégia Comum Europeia para a Implementação da DQA, adoptada em Março de 2001, representa um exercício informal realizado por 25 Estados-Membros e pela Comissão Europeia, em que a cooperação e partilha de experiências tem-se mostrado essencial nas várias etapas do processo. Contudo, deve-se mencionar que a devida participação na Estratégia Comum constitui um esforço adicional significativo, quer em termos de recursos humanos, quer em termos financeiros.

Tendo em conta os resultados obtidos nas fases anteriores, há o consenso geral que a integração de matérias e políticas e o envolvimento de autoridades nacionais, regionais e locais relevantes ou partes interessadas será o grande desafio da próxima etapa, que culminará na publicação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), em 2009. Neste contexto, destaque-se a implementação dos programas de monitorização, que devem estar operacionais no início de 2007. O esforço de monitorização exigido obriga a adopção de uma estratégia que maximize o grau de cumprimento das normas em vigor, tendo em conta a partilha de responsabilidades, as disponibilidades financeiras e o tempo útil para a recolha e tratamento dos dados, tendo em vista a sua plena integração nos futuros planos.

Para além das disposições comuns previstas na DQA e na Lei da Água, é também necessário assegurar o cumprimento dos requisitos específicos da Lei. Importa realçar que em ambos instrumentos está prevista a produção de legislação específica, que na maioria dos casos constitui a regulamentação dos instrumentos legislativos de origem. Toda esta dinâmica legislativa, para além do envolvimento de recursos humanos, acaba por implicar uma fase de adaptação de procedimentos e dos agentes responsáveis pela sua aplicação que, no cenário de exigência dos prazos em vigor, não deve ser negligenciada.

No âmbito da DQA, e no que se refere às suas alterações, deve-se destacar a adopção da Directiva relativa à protecção das águas subterrâneas e o início do processo de adopção da Directiva relativa a normas de qualidade ambiental. Realça-se, também, a publicação dos resultados do exercício de intercalibração, que facilitará futuramente a comparação do esforço realizado pelos Estados-Membros para o cumprimento dos objectivos da DQA. Quanto à Directiva relativa à avaliação e gestão de cheias, cuja adopção está prevista para o 1.º Semestre de 2007, a sua implementação estará estreitamente ligada com a da DQA.

Como é possível verificar há um conjunto de especificações técnicas recentemente adoptadas, ou em vias de adopção, que deverão ser consideradas na primeira geração de Planos de Gestão de Região Hidrográfica. Para além disso, é preciso dar prosseguimento às medidas de participação pública, sendo essencial a integração das autoridades regionais e outras autoridades relevantes, em conformidade com as disposições previstas na Lei da Água.

Simone Pio

Colaboradora do Instituto da Água



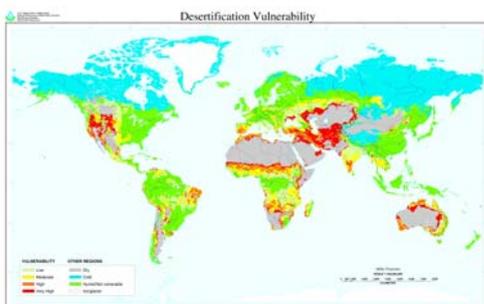
LNEC comemora 60 anos

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil comemorou, no dia 19 de Novembro, 60 anos de actividade. A celebração desta data ficou marcada pelo lançamento de um livro comemorativo, pela apresentação do filme institucional intitulado "LNEC, quarta-feira" e pela inauguração do novo Museu Virtual sobre a história da instituição (<http://www-ext.lnec.pt/LNEC/museuvirtual/index.html>). Mais informações em <http://www-ext.lnec.pt/>.



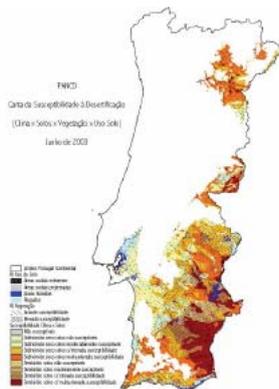
Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação

2006 foi declarado o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação. Esta iniciativa da Assembleia Geral das Nações Unidas teve como objectivo envolver os países na implementação das medidas necessárias para travar a desertificação e sensibilizar toda a comunidade internacional para esta problemática.



Fonte: United States Department of Agriculture.
National Resources Conservation Service.

Cerca de 3,6 dos 5,2 mil milhões de hectares dos terrenos agrícolas disponíveis no nosso planeta são afectados por fenómenos de erosão e de degradação dos solos. Em mais de 100 países, mil milhões de pessoas (1/6 da população mundial) sofre os efeitos da desertificação, o que tem vindo a obrigar a deslocalização de populações das zonas rurais para as grandes cidades. Esta situação tem significativos custos económicos, quer pelo impacto no aumento dos preços dos produtos agrícolas, quer pelos prejuízos induzidos no sector primário. Estima-se que anualmente os prejuízos resultantes dos processos de desertificação ascendam aos 30 mil milhões de euros. Os principais factores potenciadores dos processos de desertificação são as alterações climáticas e a actividade humana, este último devido a inadequadas práticas agrícolas, sobreexploração dos solos agrícolas e desflorestação.



Em Portugal, o problema da desertificação começa a ter uma expressão preocupante, principalmente no Sul do país e em algumas regiões do interior, conforme é evidenciado na figura à esquerda. Estudos recentes apontam que cerca de 28% do território nacional se encontra muito susceptível à desertificação.

Desde 1999 que Portugal dispõe de um Programa de Acção Nacional de Combate à desertificação, aprovado pelo Conselho de Ministros em Junho desse ano. Este programa desenvolve-se numa abordagem *bottom-up*, ou seja, no sentido de as populações afectadas participarem na

identificação das causas associadas aos processos de desertificação e contribuírem para a adopção das soluções. Os seus principais objectivos são: a conservação do solo e da água, a fixação da população activa nos meios rurais; a recuperação das áreas afectadas; a sensibilização da população para a problemática da desertificação e a consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.

Estamos a chegar ao final de 2006 e como tal ao final do Ano Internacional da Desertificação, num período em que cheias e inundações invadem os noticiários e as primeiras páginas dos jornais. Já lá vai o verão de 2005, em que a seca, a falta de água e os incêndios eram notícia de primeira página. Esta alternância de condições climáticas extremas é precisamente um dos catalizadores dos processos de desertificação, e sendo impossível alterar o clima resta-nos agir onde podemos: levar à prática medidas efectivas de combate à desertificação.



Gestão de situações de seca na península ibérica no contexto transfronteiriço

A "Gestão de situações de seca na península ibérica no contexto transfronteiriço" foi tema de uma conferência, organizada pela Fundação Rei Afonso Henriques, realizada no passado dia 15 de Outubro em Zamora. A Arlindo Cunha (Presidente da Fundação Rei Afonso Henriques), a Santa Clara Gomes (Presidente da Delegação Portuguesa da Comissão para a aplicação e Desenvolvimento da Convenção - CADC) e a Jaime Palop Piqueras (Presidente da Delegação Espanhola da CADC) coube a responsabilidade da sessão de abertura.

Na primeira parte da conferência, as intervenções centraram-se na "Gestão da situação de seca no contexto transfronteiriço", sob a moderação de Pedro Serra. Orlando Borges e Jaime Palop debruçaram-se sobre a gestão da seca em Portugal e Espanha, respectivamente, no período 2004/05. Teodoro Estrela (*Dirección General del Agua*) apresentou os *Plan Especial de Actuación en Situaciones de Alerta y Eventual Sequía*, que estão actualmente em fase de Avaliação Ambiental Estratégica. Da parte portuguesa, Rui Rodrigues fez uma breve descrição sobre o sistema de indicadores de seca utilizados em Portugal.

A segunda parte dedicada à "Participação dos utilizadores na gestão das situações de seca" contou com representantes de diversos utilizadores da água. Quanto à "Gestão do abastecimento urbano em situação de seca", Jorge Nunes (Presidente da C.M. de Bragança) elencou as medidas tomadas pela Associação Nacional de municípios e pelo Município de Bragança para mitigar os efeitos da seca de 2004/05. Francisco Cubillo (Administrador da empresa Canal de Isabel II) versou sobre aspectos mais conceptuais com que o sector do abastecimento se depara em alturas de seca. Quanto à "Gestão do regadio com limitação de recursos hídricos", Juan Valero de Palma (Secretário Geral da Associação de Regantes FENACORE) teceu algumas críticas à planificação hidrológica em Espanha e José António Canha (IDRHA) caracterizou o sector agrícola. Os produtores de energia eléctrica presentes, Baldoño Navalón (da IBERDROLA) e Víctor Baptista (da Rede Eléctrica Nacional), centraram-se nas dificuldades com que estas empresas se deparam em situações de seca.

A mesa redonda sobre "Secas e relações luso-espanholas" contou com as comunicações de Adérito Mendes (INAG), Ramon Salas (*Confederación Hidrográfica del Guadiana*) e Ana Barreira (*Instituto Internacional de Derecho y Medio Ambiente*).

A principal conclusão a retirar do encontro é que Portugal e Espanha consideram as disposições da DQA insuficientes no que respeita à gestão de secas e de situações de escassez. Os países do Sul da Europa têm especificidades, pelo que devem sensibilizar os organismos de União Europeia com vista à promoção de uma directiva sobre secas, à semelhança da directiva sobre cheias proposta pela Alemanha.



Sessão Técnica sobre Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica

A apresentação da sessão esteve a cargo de Orlando Borges (Presidente do INAG), de António Eira Leitão (Secretário Geral do Conselho Nacional da Água) e de José Vieira da Costa (Presidente da APRH). Orlando Borges começou por salientar que na elaboração dos PGBH não se deva cair nos erros cometidos com os Planos de Bacia Hidrográfica (PBH), destacando, contudo, que estes constituíram uma grande experiência partilhada. Referiu, a finalizar, que caberá ao INAG a aprovação dos PGBH e às administrações de Região Hidrográfica (ARH) a sua execução.

A primeira parte da sessão começou com um "olhar para o retrovisor", como lhe chamou Marques Ferreira, que esteve presente enquanto coordenador do Plano Nacional da Água de 2001. Ao falar sobre os principais pontos fortes e fracos do processo de planeamento que deu origem aos PBH e ao Plano Nacional da Água, lembrou que o seu relativo insucesso se pode ter ficado a dever ao facto de a fase de caracterização ter consumido entre 70% e 80% do tempo e dos recursos. Apresentou também sugestões para a preparação dos PGBH, realçando a necessidade da definição clara dos seus objectivos, natureza e âmbito.



Valentina Calixto (CCDR Algarve) enunciou os principais sucessos (aumento da sensibilização face aos problemas, sistematização da informação, diagnóstico dos problemas e causas, definição de normas orientadoras, disponibilização de sistemas de apoio à decisão, etc.) e insucessos (fraca participação pública, fraca harmonização com outros instrumentos, ausência ou insuficiente actualização, não concretização de muitos dos projectos previstos, etc.) da implementação dos PBH.

Sob o tema "Impacto dos PBH na sociedade civil", Evaristo Silva dissertou sobre a componente ambiental, funcional e ética da vivência social portuguesa face aos recursos hídricos.

Sobre a experiência espanhola falou Victor Arqued (Confederação Hidrográfica do Douro). Fez uma breve resenha dos antecedentes da planificação em Espanha, lembrando que os planos hidrológicos não eram planos de gestão mas sim planos de infra-estruturação. Nos últimos anos, a perspectiva presente nos *Planes de Cuenca* passou a ser a da afectação da água aos diferentes usos conflitantes. Por fim, elencou os objectivos dos *Planes de Cuenca*, linhas mestras, conteúdos e processo de elaboração e realçou a importância do *Plan Hidrológico Nacional*.

A sessão da tarde começou com uma apresentação de Victor Arqued sobre o "*Plan Hidrológico de la cuenca del Douro*", para o qual esta *Confederacion* procurou estabelecer um modelo que relaciona as pressões com os impactos da actividade humana e incorporar num sistema de apoio à decisão o programa de medidas (para se atingir o bom estado das águas em 2015). Este orador apresentou ainda um calendário das tarefas a empreender pela *Confederacion* quanto à participação pública, à planificação, ao programa de medidas e à Avaliação Ambiental Estratégica. Mais informações em <http://www.chduero.es/Webcorp/plan/index.htm>.

Por seu turno, Adérito Mendes (INAG) apresentou os trabalhos de preparação dos PGBH, tendo exposto sumariamente o seu conteúdo e o programa geral de trabalhos, com respectivo organograma. Este orador rematou a apresentação com a mensagem de que não se devia repetir com os PGBH o que aconteceu com os PBH.

Segundo Fernando Silveira Ramos (Associação Portuguesa de Projectista e Consultores) o mercado da consultoria e projecto "aceita o desafio" para a realização dos PGBH. Expressou, no entanto, alguma preocupação face à demora na preparação (sete anos), deixando-se pouco tempo para a sua realização (apenas três anos).

Para uma consulta detalhada à acta da conferência, consultar www.aprh.pt.

Modelos de Gestão nos serviços de Abastecimento de Água e Saneamento

Em 20 de Dezembro a APRH promove uma sessão técnica "Modelos de Gestão nos serviços de Abastecimento de Água e Saneamento", que se realizará no pequeno auditório do LNEC entre as 16h30 e as 18h30.

Após um período de consulta pública que terminou em Setembro último, aguarda-se a aprovação pelo MAOTDR do PEAASAR 2007 - 2013, documento que define a estratégia para o sector da Água em Portugal para o próximo período de programação dos Fundos Comunitários.

Neste plano é dado um enfoque particular às questões organizacionais dos serviços de abastecimento e de saneamento e aos aspectos de sustentabilidade económica e financeira do sector. Neste contexto, o PEAASAR apresenta novas abordagens relativamente às soluções de gestão destes serviços, nomeadamente ao nível das parcerias público-privadas e das parcerias entre o Estado e os municípios. Estas novas soluções procuram dar resposta aos constrangimentos que se vêm colocando ao nível da continuidade física dos sistemas (articulação entre os sistemas em "alta" e os sistemas em "baixa"), da cobrabilidade dos serviços e da equidade no tratamento das populações.

Estando em fase de aprovação o plano estratégico onde se definem orientações claras nestas matérias que serão determinantes para o futuro do sector da Água e iniciando-se no próximo ano um novo ciclo de fundos comunitários, a APRH entende que este é o momento ideal para promover a discussão desta temática.

Inscrições e informações adicionais disponíveis em www.aprh.pt.

Stand da APRH no AMBIURBE

A APRH esteve presente no Salão Internacional de Desenvolvimento Sustentável - AMBIURBE.





| | Tema | Local | Promotor |
|-------------------------------|--|---|---|
| 2 Dezembro | Políticas de cidade e do ordenamento do território | | Centro de História Contemporânea e Relações Internacionais |
| 4 Dezembro | V Congresso Ibérico sobre a Gestão e Planeamento da Água | Faro | Universidade do Algarve |
| 8 Dezembro | | | |
| 7 Dezembro | Aspectos económicos da gestão dos resíduos | Baguim do Monte, Gondomar | Associação Portuguesa de Engenheiros do Ambiente |
| 13 Dezembro | JPEE 2006 - 4.ª Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas | Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Lisboa | Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Grupo Português do Betão Estrutural |
| 16 Dezembro | | | |
| 14 Dezembro | 3.ª Edição do Curso Intensivo sobre "Gestão de Resíduos" | Hotel Dom Henrique, Porto | CENERTEC - Centro de Energia e Tecnologia |
| 15 Dezembro | | | |
| 15 Dezembro | 17.º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente / Organizações Não Governamentais de Ambiente | Lisboa | Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente |
| 16 Dezembro | | | |
| 15 Dezembro | Avaliação do Impacto (...) nas águas costeiras e de transição | Auditório do INAG, Lisboa | INAG |
| 20 Dezembro | Modelos de Gestão nos serviços de Abastecimento e Saneamento | Pequeno auditório do LNEC, Lisboa | APRH |
| 24 Janeiro | Gestão Ambiental na Indústria: Soluções para a Ecoeficiência | Hotel Tivoli Tejo, Lisboa | Jornal Água & Ambiente |
| 25 Janeiro | | | |
| 26 Janeiro | XIV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental – Ambiente, Saúde, Qualidade de Vida | Lisboa | Associação Portuguesa de Educação Ambiental |
| 27 Janeiro | | | |
| EVENTOS EM PORTUGAL | | | |
| 4 Dezembro | Workshop "Gestão Estratégica de Recursos Hídricos" | Brasília, Brasil | Associação Brasileira de Recursos Hídricos |
| 6 Dezembro | | | |
| 4 Dezembro | Symposium Man and River Systems II: Interactions among Rivers, their... | Paris, France | Interdisciplinary Research Programme on the River Seine Environment |
| 6 Dezembro | | | |
| 4 Dezembro | International Symposium on Drylands Ecology and Human Security | Dubai, United Arabes Emirates | Gulf Cooperation Council (GCC) Network for Drylands Research and Development (NDRD); Gulf Research Centre (GRC) |
| 7 Dezembro | | | |
| 4 Dezembro | International Conference on 'Rainwater Harvesting and Management in Africa' | Mombasa, Kenya | The Kenya Rainwater Association (KRA); Southern and Eastern African Rainwater Network (SearNet) |
| 8 Dezembro | | | |
| 4 Dezembro | International Symposium on Drylands Ecology and Human Security (ISDEHS 2006) | Dubai, United Arab Emirates | Gulf Cooperation Council Network for Drylands Research and Development; Gulf Research Centre |
| 7 Dezembro | | | |
| EVENTOS NOUTROS PAÍSES | | | |



| | Tema | Local | Promotor |
|-------------|---|---------------------------------------|---|
| 4 Dezembro | INPIM's 9 th International Seminar on Participatory Irrigation Management | Lahore, Pakistan | International Network on Participatory Irrigation Management; World Bank; Food and Agriculture Organization (...) |
| 8 Dezembro | | | |
| 5 Dezembro | Workshop on Industrial Water Conservation and Reuse | Al-Khobar, Saudi Arabia | The Saudi Arabian Water Environment Association (SAWEA) |
| 6 Dezembro | | | |
| 6 Dezembro | Capacity-building Workshop on Partnerships for Improving the Performance of Water Utilities ... | Nairobi, Kenya | The United Nations Department of Economic and Social Affairs, Division for Sustainable Development ; United Nations Human ... |
| 8 Dezembro | | | |
| 9 Dezembro | 3 rd National Conference on Coastal and Estuarine Habitat Restoration | New Orleans, Louisiana, United States | Restore America's Estuaries Organization, United States |
| 13 Dezembro | | | |
| 12 Dezembro | 2 nd International Workshop on Sustainable Sloping Lands and Watershed Management | Luang Prabang, Lao PDR | National Agriculture and Forestry Research Institute |
| 15 Dezembro | | | |
| 14 Dezembro | International Oasis and Sustainable Tourism Congress | Elche, Spain | The Oasis Culture Association, Spain |
| 16 Dezembro | | | |
| 17 Dezembro | Joint International Conference 'Desertification and the International Policy Imperative' | Algiers, Algeria | United Nations University - International Network on Water, Environment and Health |
| 19 Dezembro | | | |
| 18 Dezembro | An International Perspective on Environmental and Water Resources Conference | New Delhi, India | Environmental and Water Resources Institute (EWRI) of the American Society of Civil Engineers (ASCE) |
| 20 Dezembro | | | |

EVENTOS NOUTROS PAÍSES

... ACONTECEU

2.º Encontro: "Gestão Integrada da Água e Resíduos: Novos Paradigmas"

A Associação de Municípios para a Gestão do Ambiente (AMALGA) organizou o 2.º Encontro sobre "Gestão Integrada da Água e Resíduos: Novos Paradigmas", que decorreu em Beja entre 23 e 24 de Novembro.

A APRH esteve presente nesta iniciativa, através da participação de José Vieira da Costa (Presidente da Comissão Directiva) que fez uma apresentação sobre os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica.

Barragem do Baixo Sabor. Uma opção ambiental

O seminário "Barragem do Baixo Sabor. Uma opção ambiental", organizado pela Associação de Municípios do Baixo Sabor, teve lugar no dia 7 de Novembro.

Os oradores presentes, que representaram as diversas entidades envolvidas no processo de Avaliação de Impacto Ambiental, reforçaram a ideia de que este empreendimento, para além de se revestir de um projecto de opção ambiental, constitui-se como um investimento fundamental para o país e para o desenvolvimento da região.

VAI ACONTECER ...

Avaliação do Impacto Ecológico e/ou Químico das pressões Antropogénicas nas Águas Costeiras e de Trasição

Vai decorrer no dia 15 de Dezembro no auditório do INAG a conferência "Avaliação do Impacto Ecológico e/ou Químico das pressões antropogénicas nas águas costeiras e de trasição".

Com esta conferência pretende-se potenciar a informação existente no que concerne ao impacto ecológico e/ou químico das pressões antropogénicas nas águas costeiras e de transição; e aferir programas de Monitorização a estabelecer no âmbito da Directiva Quadro da Água. Mais informações em www.inag.pt.

5.º Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água: Bacias compartilhadas

Realizar-se-á entre 4 e 8 de Dezembro, na Universidade do Algarve, o 5.º Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água dedicado ao tema "Bacias compartilhadas: Bases para a Gestão Sustentável da Água e do Território.

Este Congresso realiza-se num momento em que se perspectiva a revisão dos Planos de Bacia Hidrográfica e também a revisão do acordo luso-espanhol sobre as bacias partilhadas pelos dois países. Mais informações em <http://www.ualg.pt/5cigpa/>.



LEGISLAÇÃO NACIONAL

Geral

- Resolução da Assembleia da República n.º 58/2006, de 8 de Novembro, da Assembleia da República, que aprova o Orçamento da Assembleia da República para 2007.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2006, de 2 de Novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova as orientações fundamentais constantes do Plano Estratégico Nacional para elaboração dos programas de desenvolvimento rural para o período de 2007-2013.
- Portaria n.º 1223/2006, de 14 de Novembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que altera o n.º 11.º da Portaria n.º 677/2004, de 19 de Junho, que estabelece as regras nacionais complementares relativas aos fundos operacionais, aos programas operacionais e à ajuda financeira do Regulamento (CE) n.º 1433/2003, da Comissão, de 11 de Agosto.

Ambiente

- Decreto-Lei n.º 233/2006, de 29 de Novembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que estabelece novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2006/53/CE, da Comissão, de 7 de Junho, 2006/60/CE, da Comissão, de 7 de Julho, 2006/59/CE, da Comissão, de 28 de Junho, 2006/61/CE, da Comissão, de 7 de Julho, e 2006/62/CE, da Comissão, de 12 de Julho, nas partes respeitantes aos produtos agrícolas de origem vegetal.
- Decreto-Lei n.º 234/2006, de 29 de Novembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2005/57/CE, de 21 de Setembro, 2005/72/CE, de 21 de Outubro, 2006/10/CE, de 27 de Janeiro, 2006/16/CE, de 7 de Fevereiro, 2006/19/CE, de 14 de Fevereiro, 2006/45/CE, de 16 de Maio, e 2006/76/CE, de 22 de Setembro, da Comissão, introduzindo alterações ao anexo I do Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado.
- Decreto-Lei n.º 230/2006, de 24 de Novembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que altera o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 21-A/98, de 6 de Fevereiro, que cria um regime especial aplicável às expropriações necessárias à realização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.
- Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de Novembro, do Ministério da Economia e da Inovação, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2006, de 15 de Novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a elaboração do plano de ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2006, de 7 de Novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2006, de 31 de Outubro, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a elaboração do plano de ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.
- Portaria n.º 1322/2006, de 24 de Novembro, dos Ministérios da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que define os termos em que devem ser colocadas no mercado as matérias fertilizantes estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 190/2004, de 17 de Agosto (estabelece regras relativas à colocação no mercado de adubos e correctivos agrícolas), e que não constam do anexo I do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro, nem da norma portuguesa NP 1048.
- Portaria n.º 1202/2006, de 9 de Novembro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, que aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Português de Carbono.
- Portaria n.º 1152/2006, D.R. n.º 209, de 30 de Outubro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que procede à actualização dos preços de construção da habitação por metro quadrado para efeito de cálculo da renda condicionada - artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de Dezembro.

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

Geral

- Directiva 2006/89/CE da Comissão, de 3 de Novembro de 2006, que adapta, pela sexta vez, ao progresso técnico a Directiva 94/55/CE do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas.
- Directiva 2006/90/CE da Comissão, de 3 de Novembro de 2006, que adapta, pela sétima vez, ao progresso técnico a Directiva 96/49/CE do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes ao transporte ferroviário de mercadorias perigosas.
- Directiva 2006/92/CE da Comissão, de 9 de Novembro de 2006, que altera os anexos das Directivas 76/895/CEE, 86/362/CEE e 90/642/CEE do Conselho, no que diz respeito aos limites máximos de resíduos das substâncias captana, diclorvos, etião e folpete.
- Decisão 2006/769/CE da Comissão, de 31 de Outubro de 2006, que estabelece a lista das regiões e zonas elegíveis para financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no âmbito das vertentes transfronteiriça e transnacional do objectivo Cooperação territorial europeia, em 2007-2013.



A seca recente no Sul do país, identificação e severidade

As secas são um fenómeno normal do clima. Consistem em desequilíbrios naturais e temporários das disponibilidades de água, resultantes de precipitação persistentemente inferior à média, têm duração, severidade e frequência incerta. As secas são processos de desenvolvimento lento cujos efeitos são cumulativos no tempo, só se tornando perceptíveis quando já estão estabelecidas. São geralmente fenómenos de longa duração, afectando áreas consideráveis.

As secas requerem a adopção de medidas de gestão do risco relativo à sua ocorrência. A gestão do risco inclui necessariamente a identificação das características das secas, nomeadamente o seu início e a sua duração em cada classe de severidade. A identificação do início e fim de uma seca não é clara. Veja-se a seca recente: apesar de haver indícios de que a seca se teria iniciado em 2003, apenas a 31 de Março de 2005 foi criado o "Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca 2005" e a "Comissão para a Seca 2005". As secas que mais recentemente têm afectado a região mediterrânica e o nosso País, em particular, reforçam a necessidade de implementação de um Sistema de Observação de Secas a funcionar em permanência que permita declarar situações de seca e evitar severas restrições ao uso da água através da sua gestão adequada em condições de seca.

No Quadro 1 pode observar-se que a seca, designada por muitos Seca de 2005, se iniciou no Inverno de 2003/04, tendo portanto mais de dois anos de duração e uma ocorrência dominante nas classes de maior severidade. Esta classificação em termos de severidade resultou da análise de um indicador de seca, o SPI (*Standardized Precipitation Index*) que reflecte as anomalias da precipitação registada nos últimos 12 meses. Anote-se que os locais referidos são aqueles que possuem séries longas, com mais de 70 anos, para os quais se conseguiu aceder à informação através do *website* do INAG.

Da gestão do risco faz parte a predição da sua evolução. Recorrendo a modelos estocásticos é possível aproximar tal predição. Recorrendo ao método designado por cadeias de Markov foi possível prever, em Setembro de 2005, que a seca não desapareceria até ao fim do Outono. Assim previa-se para o mês de Dezembro que, em quase todas as localidades referidas, a seca continuasse, com tendência para o desagramento. Infelizmente, as precipitações de Dezembro foram muito inferiores ao esperado e, afinal, as predições pecaram por "optimistas".

Analisaram-se também os cenários de precipitação em Janeiro de 2006 que permitiriam que a severidade das secas abrandasse, isto é, que a situação de seca observada em Janeiro transitasse para uma classe de seca menos severa. No Quadro 2, e considerando os valores de precipitação de Janeiro, apresenta-se o ponto da situação no fim deste mês.

Quadro 1. Data estimada do início da seca recente e número de meses nas várias classes de severidade da seca para várias localidades do Alentejo e Algarve (até Novembro de 2005)

| | Início da seca | Número de meses em seca | | | |
|---------------------|----------------|-------------------------|--------|----------|---------|
| | | Extrema | Severa | Moderada | Ligeira |
| Castelo de Vide | Set-03 | 11 | 1 | 10 | 5 |
| Pavia | Set-03 | 12 | 1 | 8 | 6 |
| Vila Viçosa | Dez-03 | 1 | 11 | 1 | 11 |
| Moinhola | Jan-04 | 10 | 1 | 2 | 10 |
| Reguengos | Set-02 | 11 | 1 | 1 | 26 |
| Grândola | Dez-03 | 12 | 1 | 1 | 10 |
| Viana do Alentejo | Jan-02 | 10 | 2 | 9 | 26 |
| Serpa | Jan-04 | 9 | 3 | 1 | 10 |
| Relíquias | Set-03 | 11 | 2 | 1 | 13 |
| Castro Verde | Abr-04 | 11 | 0 | 2 | 7 |
| Bravura | Jan-04 | 10 | 2 | 2 | 9 |
| S. Brás de Alportel | Nov-03 | 10 | 3 | 8 | 4 |

Quadro 2. Precipitação (mm) em Janeiro de 2006: média e quantidades de precipitação necessárias para que a severidade da seca transitasse para menor severidade.

| Locais | Precipitação média (1932-2005) | Precipitação necessária para que a condição em Janeiro fosse: | | | Precipitação observada em Janeiro | Severidade da seca em Janeiro |
|---------------------|--------------------------------|---|----------------|----|-----------------------------------|-------------------------------|
| | | Não seca | | | | |
| | | Secca ligeira | Secca moderada | | | |
| Castelo de Vide | 124 | 424 | 192 | 94 | 27,1 | Severa |
| Pavia | 80 | 285 | 134 | 69 | 32,4 | Severa |
| Vila Viçosa | 107 | 355 | 142 | 53 | 25,9 | Severa |
| Moinhola | 99 | 193 | 31 | - | 63,2 | Ligeira |
| Reguengos | 73 | 202 | 62 | 2 | 22,6 | Moderada |
| Grândola | 101 | 273 | 115 | 46 | 38,3 | Severa |
| Viana do Alentejo | 99 | 336 | 170 | 98 | 26,1 | Severa |
| Serpa | 69 | 179 | 34 | - | 48,2 | Ligeira |
| Relíquias | 99 | 238 | 57 | - | 64,1 | Ligeira |
| Castro Verde | 72 | 194 | 63 | 6 | 60,9 | Moderada |
| Bravura | 98 | 242 | 61 | - | 67,4 | Ligeira |
| S. Brás de Alportel | 130 | 268 | 30 | - | 101,2 | Ligeira |

A precipitação situa-se claramente abaixo da média em todos os locais. Apesar disso, registou-se um desagramento das condições. Porém, no Interior do Alto Alentejo, em Castelo de Vide, Pavia e Vila Viçosa, e também em Grândola, continua então a registar-se seca severa. Esta severidade não era evidente por estarmos no Inverno, ser baixo o consumo da água do solo, bem abastecido pelas chuvas de Outono. No entanto, essa mesma evidência transparece no último relatório da Comissão para a Seca 2005 reportado a 31 de Dezembro. Apesar de, em todo o território continental, o solo se encontrar então com percentagens de água superiores a 85%, a seca estava longe de ter terminado. De facto, os valores de precipitação acumulada nos últimos 15 meses, desde Outubro de 2004 a Dezembro de 2005, eram inferiores ao valor médio referente a 12 meses (Outubro a Setembro) e 83% do território continental classificava-se em seca fraca e 2% em seca moderada.

Segundo a Comissão de Seca 2005, e numa primeira estimativa, os custos associados à seca ascenderam a 286 milhões de euros, não existindo ainda estimativas para os prejuízos não tangíveis, o que sublinha a importância de a gestão das secas requerer claramente medidas apropriadas para a mitigação dos impactos.

Ana A. Paulo e Luís S. Pereira

FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: APRH, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. **Endereço:** APRH, a/c LNEC, Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa. **Telefone:** 21 844 34 28. **Fax:** 21 844 30 17. **Endereço electrónico:** aprh@aprh.pt. **Síte:** <http://www.aprh.pt>. **Comissão Redactorial:** Alexandra Serra e Ana Katila. **Execução Gráfica:** André Cardoso. **Edição Electrónica:** <http://www.aprh.pt>.